



Bloco de Esquerda

**Grupo Municipal**

**José Casimiro**

*Sr.º Presidente da CML*

*Sr.ª Presidente*

*Sr.ºs e Sr.ªs Membros da Mesa*

*Sr.ºs e Sr.ª Deputados*

*Digníssimos Munícipes*

Temos hoje para analisar dois documentos de uma importância fundamental para o governo da cidade de Lisboa:

- A Proposta nº 870/2013 que aprova “A Proposta em apreço que consiste em submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, em obediência ao disposto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, as Opções do Plano para o quadriénio 2014-2017 e o Orçamento para 2014, este no montante de € 728 118 056,00 (setecentos e vinte e oito milhões, cento e dezoito mil e cinquenta e seis Euros).

Consiste também em propor à Assembleia Municipal, nos termos da mesma Lei, a autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, nas casos que resultem de Planos ou Programas plurianuais legalmente aprovados, ou resultem das Grandes Opções do Plano, ou que os respectivos encargos não excedam € 100 000,00 (cem mil Euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

- E a aprovação por esta Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal para 2014.

É um Orçamento marcado pelas **Contingências financeiras extraordinárias**, pela continuação da “lua de mel” de governação política da cidade entre o PS e o PSD em que o parceiro muda, antes Santana Lopes e agora Fernando Seara, constatando-se apenas uma opção e um facto político da governação de como melhor chegar ao governo das direitas de Passos e Portas.

A CML pretende encaixar em 2014 – 131 milhões de euros com a alienação de património e de imediato queremos colocar duas questões que gostaríamos de ver esclarecidos quanto à venda de terrenos:

- A primeira, sobre a venda de terrenos da Praça de Espanha para onde está prevista “Uma Unidade de Execução” e portanto à revelia do escrutínio democrático desta Assembleia Municipal, orçada em 11 milhões de euros a serem suportados integralmente pelo Montepio Geral e pela Seguradora Lusitânia, em função do “acerto de contas” com a autarquia, que muda profundamente esta Praça e que esperamos que a centena de vendedores existentes, sejam colocados em espaços de venda com dignidade. Que terreno pretende então a CML vender?

- A segunda, é sobre a venda de terrenos do Vale de Sto António, terrenos de pertença da EPUL, com um PP aprovado e que agora se pretende vender, o esclarecimento é qual é o terreno em concreto que pretende alienar e se o Plano de Pormenor é para manter ?

- O terceiro esclarecimento, é, havendo uma verba para a recuperação da Piscina da Penha de França, para onde o PS prevê no seu programa eleitoral a sua concessão. Pensa o governo da Cidade de igual maneira ao governo central de que não está vocacionado para a prestação de determinados serviços públicos? Primeiro investe-se e depois concessionaria-se. Aguardamos esclarecimentos!

Por outro lado, assinalamos alguns condicionalismos para este Orçamento como a **Nova Lei das Finanças Locais**, com muito forte limitação de dívida e a abertura retardada do novo Quadro Comunitário.

A diminuição de receitas da Câmara condicionará significativamente a actividade municipal. E obrigam a autarquia a limitar significativamente o seu esforço de investimento e a concentrá-lo apenas, e no essencial, no PIPARU (Programa de Investimentos Prioritários de Apoio à Reabilitação Urbana), na componente nacional do QREN e outros fundos comunitários e na utilização das verbas provenientes da concessão do Casino.

Se por um lado, temos consciência que a “política fiscal da CML” no âmbito das suas competências fiscais de fixação do IRS, Derrama, IMI e IMT e, de garantia, do nível de receitas indispensáveis à previsão dos importantes serviços públicos de proximidade possa minorar o “assalto fiscal” central, por outro lado, perguntamo-nos como é que **a Câmara prevê arrecadar cerca de 140 milhões€** em derrama e IMT quando o governo só pretende **extinguir o IMT a partir de 2016 e a derrama a partir de 2018**.

O País e a nossa Cidade vivem um drama social profundo, onde as desigualdades sociais, a pobreza (e mesmo a pobreza extrema) se aprofundam e os mais ricos estão cada vez mais ricos como recentemente foi divulgado.

Parece-nos, portanto, que se justifica a constituição urgente de um Gabinete de Crise (como o já proposto por nós e aprovado nesta AML) que permitiria acompanhar de forma sistemática e sustentada a evolução social.

É fundamental criar um quadro de reforço das verbas de apoios sociais às famílias que, a nosso ver, passa pelo reforço substancial das verbas do Fundo de Emergência Social. **O que este orçamento não faz! E a taxa de execução tem de ser mais efetiva do que nos anos anteriores.**

A pobreza, a violência de género e doméstica, a violência sobre os idosos e a crescente existência de sem-abrigos com todos os seus problemas psico-

sociais e materiais deveriam igualmente merecer uma outra atenção e reforço de verbas por parte da Câmara.

Por outro lado, não pudemos continuar a responder com a polícia e a “varredura” de abrigos temporários, de mendigos e arrumadores, romenos ou portugueses, porque exigem uma resposta e um enquadramento social que é preciso dar!

As respostas têm de ser integradas, reforçando a atuação em parceria, desbloqueando constrangimentos institucionais que caracterizam a Rede Social de Lisboa. O que significa, em termos práticos, reforçar e revitalizar o papel das Comissões Sociais de Freguesia.

A reorganização administrativa da Cidade tem aqui também a sua oportunidade no âmbito da transferência de competências, em matéria de ação social para as freguesias ora criadas, alterar de paradigma a intervenção social em termos da política social local.

A outra frente que é preciso responder é o do **direito à habitação** de tantas famílias carenciadas que vivem numa situação dramática e merecem, neste momento, uma especial atenção por parte da Câmara. Com o aumento continuado do desemprego e com a redução dos rendimentos salariais dos trabalhadores ainda com emprego e das reformas ou pensões dos reformados e pensionistas, as dificuldades que, muitas famílias enfrentam

a) seja no pagamento à banca dos empréstimos contraídos para aquisição de habitação própria,

b) seja com o aumento brutal do valor patrimonial por efeito das novas avaliações dos imóveis e com as taxas definidas pelo actual Governo no que respeita ao IMI ou

c) seja com o novo regime jurídico do arrendamento urbano, exigem da Câmara a adopção de medidas que possam permitir minorar a situação de muitos que se veem, num dado momento, sem um tecto para si e para as suas

famílias. O subsídio de renda é uma resposta, controversa, mas é preciso ir mais além.

O BE considera ser prioritário a criação de uma bolsa de habitação para arrendamento, com preços acessíveis aos mais jovens e aos estratos economicamente mais débeis, para que possam beneficiar das perspetivas que estão sendo abertas noutros países europeus.

Consideramos negativa a venda do património disperso do município previsto neste orçamento, bem como a previsão da venda de 200 fogos de habitação social, achamos que estas vendas devem cessar, pois há muita carência habitacional em Lisboa, muitos fogos estão entaipados, outros estão em muito mau estado. Quantas pessoas e famílias estão na lista de espera na Câmara? É preciso responder às famílias em sérias e comprovadas dificuldades.

Bairros inteiros do SAAL estão por recuperar pois a sua situação é degradante, além do acompanhamento social de que carecem esses moradores.

O Orçamento prevê ainda uma verba muito insignificante para o término das obras da R. Lopes e Alto do Varejão que consagrava o realojamento de 3 famílias, além de nada prever para a concretização do PP da Calçada das Lages.

Há em Lisboa mais de 50.000 fogos devolutos. Este facto obriga a uma política determinada do município em enveredar pela reabilitação dos fogos existentes. Defendemos ser fundamental a aposta na reabilitação urbana, não apenas do espaço público mas também do edificado, nomeadamente de edifícios habitacionais, resposta que consideramos indispensável para combater os problemas que os lisboetas estão a enfrentar no domínio da habitação. A cidade precisa de novas soluções, de novas políticas, de novas estratégias, para combater problemas que se vêm agravando no tempo. A solução “reabilita primeiro e paga depois” é a nosso ver uma não solução! Pois não responde à urgência que o problema carece.

Há um consenso entre um conjunto alargado de forças políticas e sociais de que a reabilitação urbana pode proporcionar a disponibilização de habitações com custos mais reduzidos que a construção de novas casas e com prazos mais curtos. Uma opção séria e competente pela reabilitação urbana permitiria ainda, como vantagem adicional, a criação em Lisboa de muitos postos de trabalho, numa actividade com uma forte incorporação nacional.

Ora a reabilitação não foi objecto da necessária atenção (até do ponto de vista orçamental) nem certamente considerada prioritária pelo executivo, como se revela na baixa taxa de execução do PIPARU, desde o início do programa. Defendemos, por último, uma MORATÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO NOVA PARA HABITAÇÃO na Cidade consolidada, com excepção para os bairros sociais necessários para lidar com os problemas de continuidade na malha urbana. Este Orçamento e as GOP confirmam que, no que respeita à política de habitação, existe uma grande diferença de perspectivas entre as posições do BE e as do executivo, entre a visão de cidade e as estratégias do Bloco e a visão e as estratégias da maioria camarária.

**S/ O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO** - Consideramos pois como positivo o que consta do Orçamento nesta matéria. A Assumpção de todas as concretizações das verbas e obras para a credibilização do processo, numa maior celeridade na concretização das soluções votadas pelos cidadãos. Continuamos a defender a aposta no incentivo à participação das populações na definição e implementação das políticas municipais, nomeadamente com a continuação do processo de Orçamento Participativo, já que foi sua a proposta para a implementação desta política em Lisboa.

**S/ O SANEAMENTO** – Temos vindo a defender o abandono da intenção do executivo de transferência para a EPAL do sistema de águas residuais e pluviais de Lisboa, operação que considera, no actual contexto, politicamente inaceitável. Tal transferência, no momento em que o Governo anuncia a sua intenção de entrega à gestão privada das empresas do Grupo Águas de

Portugal abre a porta à privatização da gestão da rede de saneamento de Lisboa, à mercantilização de um serviço público essencial.

Embora “o ângulo de visão” seja nesta matéria substancialmente distinta da nossa posição pois continuariam a insistir no que designa como o “negócio da EPAL”, se tivessem condições para o fazer. Consideramos positivo a sua não concretização, no momento.

**NO COMBATE ÀS CHEIAS EM LISBOA** que deveria ser adoptado, com carácter de urgência, das medidas estruturais que, de forma articulada com a adopção das medidas não estruturais, permitam combater de forma eficaz o problema das cheias urbanas que vem afectando com crescente gravidade diversas zonas da cidade.

É necessário ter em conta que foi a política urbanística seguida há muitos anos, com a progressiva e crescente impermeabilização dos terrenos da cidade e a conseqüente diminuição da infiltração da água nos solos, que conduziu inexoravelmente ao aumento do escoamento superficial e que esteve na origem da ocorrência das cheias.

Deve-se começar a dedicar a atenção que até agora não dedicou à problemática do combate às cheias urbanas em Lisboa. Conservando e desassoreando as condutas e outros órgãos da rede de águas pluviais, fazendo um programa das obras que é necessário realizar, assegurando o seu financiamento e começando a executá-lo, com a celeridade que a situação do sistema de águas pluviais de Lisboa impõe, sob pena de termos cheias em Lisboa.

Por último, sobre o **Mapa de Pessoal para 2014** - O orçamento não reflete a transição de pessoal prevista pela Lei 56/2012 de 8 de novembro, incluindo as receitas e despesas previstas pelas novas competências, havendo ao longo do ano revisões orçamentais, conforme os altos de passagem dessas novas competências para as juntas de freguesia.

A proposta de mapa de pessoal para 2014 identifica o número e o perfil dos recursos humanos mas para assegurar a missão e as atividades do Município de Lisboa haveria que assegurar alguns dos **982** postos de trabalho vagos no quadro:

- Consideramos positivo a previsão da criação de postos de trabalho para a internalização dos trabalhadores EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, mesmo tendo em conta a nossa posição sobre o processo de extinção da empresa;

- Consideramos que se deveria criar postos de trabalho decorrente das 101 vagas para auxiliares de acção educativa que tão necessárias são;

- Consideramos que a Câmara deve pôr fim à vergonhosa exploração de trabalhadores na situação de desemprego e que trabalham em oficinas e departamentos na esperança de virem a ser integrados mas que aos fim de 11 meses vão embora e vêm outros. É um dumping social e laboral intolerável, pelo que a Câmara deve abrir concursos com vista à sua integrações no quadro camarário;

- Consideramos ainda que se deveria criar os postos de trabalho necessários a enfrentar a triste realidade do regimento e a degradação das condições com que nos últimos anos se têm deparado aos Sapadores de Lisboa, pelo reduzido número de operacionais, de viaturas e de equipamentos de protecção individual dos bombeiros;

- E, por último, é fundamental o diálogo, entre os representantes dos trabalhadores e a Câmara para que se crie um quadro estável para os trabalhadores para o bom funcionamento da cidade de Lisboa, em serviços como a limpeza, no cuidar dos espaços verdes, na recolha do lixo, no cuidar das crianças nas escolas, no apoio às atividades desportivas e culturais, e todo um outro conjunto de atividades e funções não visíveis mas que são determinantes à qualidade de vida dos munícipes e ao pleno funcionamento da cidade.



Em muitas grandes empresas que se organizaram em Holding's e empresas segmentadas através de negociação coletiva, conseguiu-se consagrar um duplo vínculo e de posto de trabalho à Holding e à empresa que deveríamos replicar agora para o Município, num quadro de estabilidade a alcançar para determinados serviços essenciais e de manutenção dos postos de trabalho do pessoal do município que venha a transitar para as juntas de freguesia no quadro da reforma administrativa da cidade, proporcionando todas as garantias aos trabalhadores no âmbito dessa transição.

Anuncia-se uma greve para a semana de 23 a 27 de Dezembro, é altura do diálogo imperar e de se estabelecer um quadro laboral estável, **versus** serem transferidos para uma qualquer junta de freguesia sem garantia nem salvaguarda de direitos, rendimentos e vínculo laboral, extinção de posto de trabalho, ameaças de mobilidade especial ou de futuro recurso a outsourcing, privatização, concessão ou externalização dos serviços públicos municipais!

*Sr.º Presidente*

*Sr.ª Presidente*

*Sr.ºs Membros da Mesa*

*Sr.ºs e Sr.ª s Deputados*

Foi-nos presente pelo executivo um Orçamento para 2014 e umas GOP para 2014-2017, além de um Mapa de Pessoal que na nossa leitura, não respondem minimamente às necessidades decorrentes de alguns dos graves problemas com que nos defrontamos, em Lisboa.

Temos diferentes visões para a cidade, respeitamos diferentes valores, propomos diferentes políticas, estratégias e medidas em domínios fundamentais.

Pelo que o nosso voto não pode deixar de corresponder a esta nossa visão, contra.

Disse,